

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.952

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 1992,

CONSIDERANDO QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEU ARTIGO
37, INCISO X, PREVÊ A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, SEMPRE NA MESMA DATA,

CONSIDERANDO QUE O PODER EXECUTIVO REAJUSTOU A REMUNE-
RAÇÃO DE SEUS SERVIDORES A PARTIR DE 1º DE MAIO DO CORRENTE ANO,

CONSIDERANDO, ENTRETANTO, AS LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
DESTINADAS A ESTE TRIBUNAL,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CON-
SELHEIRO PRESIDENTE, NESTA DATA, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,
APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER AOS CONSELHEIROS, AUDITORES, SE-
CRETÁRIO, SUBSECRETÁRIO E A TODOS OS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CON-
TAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, INCLUSIVE INATIVOS, UM ADIAN-
TAMENTO DE 56,74% (CINQUENTA E SEIS VÍRGULA SETENTA E QUATRO POR
CENTO) SOBRE AS REMUNERAÇÕES REFERENTES AO MÊS DE ABRIL ÚLTIMO A
SER PAGO A PARTIR DE MAIO DO CORRENTE ANO.

ARTIGO 2º - OS ENCARGOS DECORRENTES DESTA RESOLUÇÃO
CORRERÃO POR CONTA DAS DISPONIBILIDADES ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DES-
TA CORTE, PARA O PRESENTE EXERCÍCIO.

-CONT-




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 2.952

ARTIGO 3º - A PRESENTE RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E SEUS EFEITOS FINANCEIROS RETROAGEM A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 1992.


SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 26 DE MAIO DE 1992.

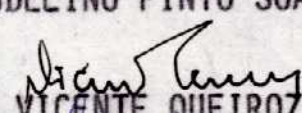

CONSELHEIRO LAÉRCIO DIAS FRANCO

PRESIDENTE


CONSELHEIRO PAULO DOURADO


CONSELHEIRO IRMALDYR ROCHA


CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES


CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ


AUDITOR ORNIELO SAMPAIO FILHO
CONVOCADO

FOI PRESENTE: PROCURADOR ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA